

ELIO GASPARI

Perigo à vista: vivandeiras do tucanato

A EXPRESSÃO "VIVANDEIRA" veio do marechal Humberto Castello Branco, há 45 anos, no alvorecer da anarquia militar que baixou sobre o Brasil a treva de 21 anos de ditadura. Referindo-se aos políticos civis que iam aos quartéis para buscar conchavos com a oficialidade, ele disse:

"Eu os identifiquei a todos. São muitos deles os mesmos que, desde 1930, como vivandeiras alvorçadas, vêm aos bivaques bolir com os granadeiros e provocar extravagâncias ao Poder Militar".

Desde o início da controvérsia provocada pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, sentia-se o perfume da sedução tucana pelo flerte com a figura abstrata dos militares aborrecidos com a ideia de esclarecer a responsabilidade por crimes praticados durante a ditadura. Uma palavrinha aqui, outra ali, coisa

cautelosa para uma corrente política que pretende levar à Presidência da República o governador José Serra, que pagou com 15 anos de exílio o crime de ter presidido a UNE. Serra e os grão-tucanos conhecem um documento de 1973, preparado pela meganha enquanto ele estava preso ou asilado no Chile. A peça vale por uma anotação manuscrita: "Esta é a súplica do que existe sobre o fulano. Como vê, trata-se de 'boa gente' que bem merece ser 'tratado' pelos chilenos". A rubrica do autor parece ter três letras. (Ao menos cinco brasileiros foram "tratados" pelos chilenos nas semanas seguintes ao golpe do general Pinochet.) Será que Serra

Ao criticar a criação de uma comissão da verdade, FHC pede que se esqueça o que ele fez

não tem curiosidade de saber quem queria "tratá-lo"?

A vivandagem tucana explicitou-se numa entrevista do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ao repórter Gary Duffy. No seu melhor estilo, disse a coisa e seu contrário. Referindo-se aos itens do programa de direitos humanos que cuidam do estabelecimento de uma comissão da verdade, o ex-presidente afirmou

o seguinte:

"Este não é um assunto político no Brasil, mas uma questão de direitos humanos, o que para mim é importante, mas o perigo é transformar isso em um assunto político".

Assunto político, o desaparecimento de pessoas jamais deixará de ser. Não há como dizer que seja um tema climático. O ex-presidente foi adiante e viu na iniciativa de investigar os crimes do Estado um fator de "intranquilidade entre as Forças Armadas".

Pode vir a ser um fator de indisciplina. "Intranquilidade entre as Forças Armadas", só se fosse uma ameaça às fronteiras nacionais ou às reservas de petróleo do mar territorial.

Fernando Henrique Cardoso já sentiu o gosto amargo da vivandagem quando ampliou a Lei da Anistia e reconheceu a prática, pelo Estado, dos crimes da ditadura. Nesse sentido, na busca da verdade e da compensação das vítimas (reais) da ditadura, deve-se mais a ele e a tucanos como José Gregori do que a Lula e a organizadores de eventos como Tarso Genro e Paulo Vannuchi.

Não se reconhece em Fernando Henrique Cardoso do ano eleitoral de 2010 o presidente de 1995 a 2002. Muito menos o militante das causas democráticas, visto pela tigrada como um "marxista violentíssimo". Felizmente, pode-se garantir que FHC não sentou praça na tropa da ditadura. Infelizmente, podendo mostrar pelo exemplo que há uma diferença entre os tucanos e as vivandeiras, escolheu o cálice do oportunismo.

Planalto admite falha, mas poupa Dilma

Governo diz que 'ruído de comunicação' provocou crise após publicação do Programa Nacional de Direitos Humanos

Casa Civil, que dá formato final aos atos assinados pelo presidente, afirma ter se limitado somente aos aspectos legais da proposta

MARTA SALOMON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Antes de definir o desfecho para a crise provocada pelo Programa Nacional de Direitos

Humanos, o governo reconheceu ontem que houve "ruído de comunicação" no decreto publicado às vésperas do Natal. A versão para a crise exime de responsabilidade a Casa Civil, chefiada pela presidente Dilma Rousseff, a quem caberá o formato final aos atos submetidos à assinatura do presidente da República.

A Casa Civil informou que a análise se limitou aos aspectos legais da proposta. O extenso conteúdo do programa, com quase 80 páginas, não teria passado pela revisão da equipe de Dilma Rousseff, que costuma arbitrar quando há divergências entre ministérios antes de as decisões serem levadas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No caso do programa de direitos humanos, a responsabilidade sobre o conteúdo é do

secretário Paulo Vannuchi, segundo apontou o Planalto.

Uma semana antes da publicação do decreto no "Diário Oficial da União", Lula já havia concordado com o ministro Nelson Jobim (Defesa) que a comissão nacional da verdade, a ser criada por projeto de lei, investigaria violações de direitos humanos praticadas não apenas por militares durante a ditadura (1964-1985).

Mas o decreto publicado em 22 de dezembro não refletia o compromisso de Lula com Jobim. Vannuchi confirma que foi contatado na madrugada de 15 de dezembro, mas que o texto do programa já estava na gráfica. Por causa disso, não foi possível fazer a alteração.

Jobim só percebeu que a combinação havia dado errado ao ler o decreto no "Diário Oficial". Na ocasião, Lula teria admitido ao ministro que assinara o ato sem ler.

Nos dias seguintes, armou-se a reação dos comandantes militares ao programa. Eles ameaçaram pedir demissão e não ficaram satisfeitos com a possibilidade de a solução vir apenas em abril, quando o governo encaminhava ao Congresso projeto de lei que cria a comissão nacional da verdade.

O decreto foi publicado no "Diário Oficial" com a assinatura não apenas de Lula, mas de quase todo o ministério, com exceção de apenas dois ministros: Nelson Jobim e o general Jorge Felix, chefe do gabinete de Segurança Institucional. Jobim não assinou porque discordava do texto. Procurado por meio da assessoria, o general não explicou o motivo de não

ter sido signatário do polêmico documento.

Parte dos ministros que assinaram o programa nem sequer leu o texto nem se lembrava de tê-lo assinado. Foi o caso do ministro Reinhold Stephanes, que criticou a proposta sem saber que seu secretário-executivo, José Gerardo Fontelles, também havia assinado embaixo. Um ministro disse à **Folha** que recebeu da Casa Civil apenas uma página com um "papelzinho amarelo" indicando o lugar onde deveria assinar. A Casa Civil informa ter submetido a íntegra do decreto a 31 ministérios ou secretarias. Ninguém notou que o apoio à descriminalização do aborto, considerando a autonomia das mulheres para decidir a interrupção da gravidez, não refletia a posição do governo.

EZ ACLIMAÇÃO HOTEL

DIÁRIAS a partir de R\$ **99**

EVENTOS E FESTAS a partir de R\$ **44**

2 MINUTOS DA AV. PAULISTA / METRÔ PARAÍSO

Reservas (11) 3346 7799 - www.ezhoteis.com.br

HYUNDAI VERACRUZ 2010.

ULTRAPASSA TUDO, ATÉ O LEXUS RX350.

"Em design e conforto, o Veracruz é um vencedor incontestável. Tem uma carroceria mais longa, mais elegante e mais esculpida que a do RX350. Por dentro e por fora é simplesmente mais bonito."

"O Crossover Hyundai Veracruz ganha facilmente até de carros excelentes como o Lexus RX350, mesmo custando milhares de dólares a menos."

Fonte: Test Drive comparativo realizado por Warren Brown, analista automobilístico do The Washington Post.

VERACRUZ

3.8 V6 24V CVT 4X4 AWD
A PERFEIÇÃO ATÉ NOS MÍNIMOS DETALHES



MAIS POTÊNCIA
MOTOR 3.8 V6 24V CVT
REDIMENSIONADO PARA MÁXIMA
PERFORMANCE.



CÂMBIO COM MAIOR ELASTICIDADE
GERANDO MAIOR AUTONOMIA
E MAIS ECONOMIA
EXCLUSIVO CÂMBIO AISIN
COM 6ª MARCHA.



10 AIR BAGS, 7 LUGARES.
EXCLUSIVA TERCEIRA FILEIRA DE BANCOS.
3 MEMÓRIAS DE POSIÇÃO PARA
RETROVISORES, DIREÇÃO E BANCOS
ELETRICOS DE COURO PREMIUM.



MAIS SILENCIOSO E MAIS MACIO.
SUSPENSÃO AUTONIVELANTE
SELF LEVELIZER.
TETO SOLAR ELÉTRICO PANORÂMICO.



SENSORES DE ESTACIONAMENTO
E LANTERNAS TRASEIRAS COM LED.

HYUNDAI

Os itens listados fazem parte da versão completa (top de linha).

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.